

Em Rede

Rede de Autarquias Participativas | Nº 6

Abril de 2021

MOEDAS SOCIAIS

QUANDO O DINHEIRO SE TRANSFORMA
NUM PROJETO DE PARTICIPAÇÃO
COMUNITÁRIA





FICHA TÉCNICA

TÍTULO Boletim Em Rede
NÚMERO 6
DATA Abril de 2021
EDIÇÃO Rede de Autarquias Participativas
PRODUÇÃO Oficina

COLABORARAM

António Nabo, Jaume Catarineu, José M. Ruibérriz, Miguel Hirota, Nelson
Dias, Pascale Millecamps, Rogério Godinho e Susana Martín Belmonte

CONTACTOS

OFICINA

Universidade do Algarve, Campus de Gambelas
8005-139 Faro, Portugal

rap@oficina.org.pt

EDIÇÃO DE USO DIGITAL DISPONÍVEL EM

www.portugalparticipa.pt
www.oficina.org.pt/rap.html



CONTEÚDOS

- 4 Mensagem da Presidência
- 5 Moedas sociais, um instrumento de participação económica
- 8 Moeda MOR
- 14 Moeda OSSETANA
- 22 Moeda REC
- 28 Moeda VILAWATT

PARTICIPAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA

Vivemos os tempos mais difíceis das nossas vidas! Ninguém, em momento algum, pensou que viveria este tempo, muito menos quem está no poder, quem toma decisões, quem precisa intervir no presente sem deixar de olhar para o futuro.

A participação dos cidadãos, a construção duma política pública mais transparente e mais centrada nos cidadãos tem sido uma das opções políticas de muitos órgãos autárquicos, assentes neste vetor da participação como elemento essencial na construção da democracia. Mas como conjugar estes tempos de pandemia, de decisões urgentes, de emergência social e de saúde com os processos de participação e envolvimento dos cidadãos? Como continuar a formar cidadãos críticos e participativos? Como adequar o tempo, esse bem tão difícil de gerir a dois processos tão opostos?

Quando os processos participativos estão devidamente implementados eles são facilitadores destes tempos de urgente tomada de decisão, há um assumir de responsabilidades por parte de particulares e entidades, há caminhos que se constroem com facilidade porque há habituação na sua construção. Trata-se, por exemplo, da Rede Social de Guimarães, uma estrutura muito sustentada, com processos de participação muito autonomizados e que nestes tempos de pandemia conseguiram agilizar apoios e procedimentos de apoio às suas populações. Contrariamente, os processos participativos mais frágeis, a iniciar-se, podem correr sérios riscos de pararem completamente, podendo ser vistos como entraves no processo de tomada de decisão.

Resta-nos concluir que a participação, o envolvimento dos cidadãos e das entidades deve continuar a ser um trabalho sustentado, de aperfeiçoamento contínuo, um trabalho que será da maior importância em tempos mais tranquilos, mas que se revertera numa ajuda imprescindível em tempos de "guerra". E não esqueçamos que estes são tempos de grande aprendizagem, de oportunidades que não podem ser desperdiçadas!

Adelina Paula Pinto
Vice-presidente da Câmara Municipal de Guimarães





Moedas sociais, um instrumento de participação económica

As moedas sociais não são um fenómeno recente, embora se tenham intensificado com a crise económica provocada pela Covid-19. Algumas localidades, em diferentes países, optaram por criar o seu próprio dinheiro como forma de apoiar as famílias e o comércio local.

As moedas sociais, por vezes designadas de locais, comunitárias ou complementares, constituem-se como um recurso que apenas tem valor dentro de uma determinada rede, município ou região.

A abordagem dominante é a que defende a criação destas moedas enquanto instrumentos de promoção do consumo de proximidade. Trata-se de dinheiro que circula no interior de uma comunidade, entre vizinhos e empresas locais, fidelizando a riqueza a um território e favorecendo relações económicas mais sustentáveis.

A sua finalidade diferencia-se das moedas tradicionais, entre outros aspetos, por visar a circulação e a troca, em vez da acumulação – tendência genética do capitalismo. Em alguns casos, essas são concebidas para desvalorizar quando ficam muito tempo na posse da mesma pessoa, evitando, assim, a sua paragem e a criação de desequilíbrios na distribuição e no acesso.

As moedas sociais ganharam um novo vigor e importância no atual contexto de pandemia. Foi assim também durante outras crises internacionais, nacionais ou mesmo locais, levando as comunidades a auto-organizarem-se para enfrentar a escassez de recursos e as dificuldades de acesso a bens e serviços essenciais.

Em muitos locais, a pandemia da Covid-19 uniu consumidores e autoridades locais em prol da subsistência das pequenas empresas, entre lojas e restaurantes, que tiveram de fechar ou restringir o seu funcionamento, em consequência das medidas de contenção do vírus.

Em Portugal, muitas autarquias lançaram iniciativas para promover a economia local, criando plataformas de consumo, distribuindo vales e vouchers, lançando descontos e gerando sorteios de prémios para serem utilizados nos estabelecimentos aderentes. Muitas destas iniciativas, não designadas como moedas locais, poderiam ser enquadradas neste conceito.

Na vizinha Espanha, a crise económica resultante da pandemia deu um impulso significativo à disseminação de diferentes formas de dinheiro local. Segundo as estimativas, existem atualmente cerca de 100 iniciativas do género em funcionamento. Entre essas, consta a Irati, uma moeda criada pela Comunidade de Resíduos Sólidos Urbanos de Irati, em Navarra, uma zona rural de apenas 5.500 habitantes. Essa foi concebida para incentivar a reciclagem dos resíduos, principalmente de matéria orgânica e de plásticos não embalados. O seu respaldo é assegurado em Euros, de modo que um Irati é equivalente a um Euro e vice-versa.

A iniciativa atribui Iratis aos habitantes que fazem a separação dos plásticos não embalados – que normalmente são depositados no contentor de resíduos –, e os entregam num “Ponto Limpo”. Neste, a entidade compra-os a uma taxa de 0,50 Iratis por quilo de plástico bem separado.

O objetivo deste “bónus” é garantir uma boa separação doméstica, reduzindo custos de processamento e obtendo material da melhor qualidade possível para posterior reciclagem.

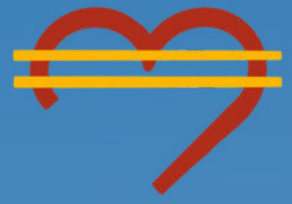
Desde o lançamento desta iniciativa, a Comunidade de Resíduos Sólidos Urbanos colocou em circulação alguns milhares de Iratis, correspondentes a várias toneladas de plástico separadas e entregues pelos municípios.

Esta iniciativa beneficia também a economia do território, na medida em que cerca de 90% dos estabelecimentos de comércio local aceitam o Irati para pagar as compras, de modo que a moeda circula de uma forma ampla, impedindo, assim, que os Euros que a respaldam fujam do território para os grandes supermercados e cadeias da cidade.

Este e outros exemplos evidenciam que o dinheiro se pode constituir como um projeto comunitário, capaz de mobilizar as entidades do universo autárquico, as empresas locais e a população de um dado território.

Com o objetivo de lançar o tema no interior da Rede de Autarquias Participativas, damos destaque, neste número do **Boletim**, a quatro exemplos de moedas locais, uma desenvolvida em Portugal e três em Espanha. A sua diversidade e alcance servirão seguramente de reflexão e fonte de inspiração para projetos similares em outros territórios.

Nelson Dias



MOEDA MOR

MONTEMOR-O-NOVO

MOEDAMOR.PT

MONTEMOR-O-NOVO TEM A SUA PRÓPRIA MOEDA

Os sistemas monetários consistem num conjunto de regras e instituições que surgiram e progrediram com o tempo. Na sua essência, o dinheiro é apenas um acordo dentro de uma sociedade para se usar algo como meio de troca, aceitando simultaneamente as regras estabelecidas pelos interesses dominantes. Se criarmos um sistema monetário com outras regras, poderemos promover outras finalidades, tais como uma moeda local que não pode ser usada fora da comunidade, e que permite defender os objetivos socioeconómicos específicos dessa coletividade.



Uma moeda local equiparada à moeda oficial e com a contabilidade assente em moeda oficial é perfeitamente legal e equivalente a outros meios de pagamento que utilizam como base a moeda oficial, tal como os cheques, cartões e vales. A particularidade da moeda local é, por um lado, ser válida apenas numa comunidade fechada e, deste modo, favorecer a manutenção da riqueza dentro da comunidade. Por outro lado, como o espaço económico de validade é mais pequeno, tem a potencialidade teórica de circular mais rapidamente, estimulando mais a economia por cada unidade de moeda.

As moedas locais poderão constituir uma boa ferramenta de política pública, relativamente fáceis de implementar e perfeitas para rastrear resultados, com o objetivo de criar territórios mais resilientes com diversos benefícios para a comunidade.

IMPLEMENTAÇÃO DE UMA MOEDA LOCAL EM MONTEMOR-O-NOVO

O MOR é a moeda local do concelho de Montemor-o-Novo, localizado no Alentejo Central. É uma moeda complementar e equivalente ao Euro, ou seja 1 MOR vale 1 Euro. É uma moeda digital (não existe em papel) suportada por uma plataforma acessível por internet através do computador ou do telemóvel.

OS OBJETIVOS DA IMPLEMENTAÇÃO DA MOEDA LOCAL

- Dinamizar a economia local e contribuir para a criação e retenção de riqueza e fixação de população no concelho de Montemor-o-Novo, numa dinâmica de economia circular privilegiando circuitos curtos;
- Promover o desenvolvimento integrado do concelho de Montemor-o-Novo, numa perspetiva social, económica, ambiental e cultural;
- Sensibilizar e formar a opinião pública para a necessidade de priorizar o comércio de cariz local enquanto instrumento de fortalecimento da autonomia local face às dinâmicas da economia global.

O FUNCIONAMENTO DA MOEDA MOR BASEIA-SE E ESTÁ ORIENTADO PARA O CUMPRIMENTO DE PRINCÍPIOS E GARANTIAS

- Os princípios da economia solidária com especial foco no âmbito local, pondo a economia ao serviço das pessoas e do interesse geral;
- O princípio de transparência e melhoria contínua do sistema;
- O princípio de atenção para com os utilizadores, de forma a satisfazer adequadamente as suas necessidades, com especial destaque para a segurança do sistema;
- A garantia de privacidade e confidencialidade dos dados de carácter pessoal que sejam integrados no sistema, de acordo com a legislação aplicável a essa matéria;
- A garantia de fidelidade dos dados incorporados no sistema pelos utilizadores, com especial incidência no controlo de publicidade fraudulenta e de prevenção de branqueamento de capitais;
- A responsabilização dos utilizadores e profissionais quanto à legalidade das suas ações;
- A garantia da identificação do sistema com os valores expressos no presente documento.

A MOEDA É UMA INICIATIVA CIDADÃ, PROMOVIDA E ADMINISTRADA PELA A.MOR

A A.MOR - Associação para a Moeda Local de Montemor-o-Novo - é uma associação que foi constituída em 31 de agosto de 2018. Os seus membros fundadores, representando diversos setores da sociedade, estão preocupados com o futuro de Montemor-o-Novo, pelo que estão decididos em agir localmente. Até à data, todo o trabalho e participação são voluntários e não remunerados.

Foi uma preocupação da A.MOR, desde o início do projeto, reunir competências e representatividade social abrangente que possibilitasse uma pesquisa e reflexão profunda, cautelosa e coerente sobre as variáveis e dificuldades a ter em consideração no desenvolvimento e implementação do MOR.



Desde a sua constituição, a A.MOR teve de:

- Definir o tipo de moeda, chegando-se à conclusão que seria financeiramente impossível implementar uma moeda em papel, pela operosidade da sua produção com critérios de segurança adequados;
- Promover a ideia junto do poder local para participar como parceiro e suporte orçamental, no qual tivemos pouco sucesso, obrigando-nos a explorar fontes alternativas de apoio financeiro com diversas candidaturas a apoios sociais, também com pouco sucesso até ao momento, conseguindo-se avançar graças a uma ação de mecenato dentro do grupo;
- Procurar as alternativas tecnológicas existentes no mercado para suporte de uma moeda digital, definir o caderno de encargos com os critérios mínimos exigidos e negociar a respetiva contratualização de serviços;
- Criar o modelo de funcionamento, as normas de conduta e os documentos necessários para a sua efetivação;
- Verificar e garantir a legalidade e a segurança do sistema;
- Divulgar a ideia junto da população;
- E, finalmente, em setembro de 2020, dois anos depois da constituição da associação, avançar para uma experiência piloto para testar todo o sistema. Após o teste inicial, progressivamente alargado a mais interessados, foi confirmado o funcionamento em segurança do sistema, pelo que se entrou na fase de alargamento à população.

FUNCIONAMENTO DO MOR

Para utilizar o MOR, é apenas necessário assinar uma proposta de adesão, onde o utilizador se compromete com as normas e a filosofia da moeda local e aceita explicitamente as suas condições de utilização.

Com a ficha de adesão é feito o registo do utilizador - como utilizador particular e/ou profissional - na plataforma do sistema. O utilizador "compra" MOR fazendo uma transferência para a conta de respaldo da A.MOR, que foi especialmente criada para o efeito.

Os MOR são emitidos em função dos euros depositados pelos utilizadores e o sistema tecnológico de gestão da moeda garante que sempre que os MOR entram numa conta, saem de outra, pelo que, em qualquer altura, existe na conta de respaldo um valor em euros correspondente aos MOR em circulação, garantindo a segurança do sistema.



As transações financeiras são efetuadas através de um aplicativo de telemóvel ou por computador no sítio de internet da moeda, www.moedamor.pt.

Os utilizadores profissionais podem trocar os seus MOR por euros, o que não é permitido aos utilizadores particulares que, contudo, podem passar os MOR em saldo na sua conta para outro utilizador particular.

BENEFÍCIOS DA MOEDA LOCAL PARA A NOSSA COMUNIDADE

- Numa perspetiva económica, tem a potencialidade de reter mais riqueza dentro da região e estimular a economia da comunidade;
- Numa perspetiva social, o aumento da procura de produtos e serviços locais dentro de uma comunidade incentiva a produção local, fortalece o sentido de comunidade e identidade e favorece a integração na economia ativa de pessoas mais desfavorecidas, habitualmente à margem dos tecidos produtivos;
- Numa perspetiva ambiental, as trocas económicas em moeda local privilegiam, obrigatoriamente, os circuitos curtos de comercialização, contribuindo para uma economia de carbono neutro e, por outro lado, estimulam as relações de proximidade e favorecem a autonomia e responsabilidade empresarial;
- Numa perspetiva de resiliência local, uma comunidade com uma economia local razoavelmente autossuficiente estará mais capacitada para resistir a crises económicas e sociais, mais protegida da especulação monetária global e menos refém dos sistemas de distribuição centralizadores e monopolistas.

AS MOEDAS LOCAIS ESTIMULAM A ECONOMIA LOCAL E A PRESERVAÇÃO DE RIQUEZA DENTRO DA COMUNIDADE

O cidadão A faz a sua adesão ao sistema e compra 100 MOR fazendo um depósito de 100 Euros na conta de resguardo da A.MOR (associação), sendo creditados 100 MOR na sua conta. Vai com a família ao restaurante aderente onde jantam por 100 MOR.

O dono do restaurante utiliza os 100 MOR para comprar produtos frescos no seu produtor local aderente. O produtor, com os 100 MOR, vai reparar o seu trator ao mecânico aderente. O Mecânico, por sua vez, aproveita os MOR para oferecer um ramo de flores que comprou na florista aderente por 25 MOR, paga as suas quotas na associação cultural aderente com 25 MOR e solicita à associação A.MOR a troca em euros dos 50 MOR restantes, necessários para a compra de peças que não existem em Montemor. A moeda local facilita, assim, a circulação do dinheiro localmente e, no final, os 100 MOR iniciais do cidadão A estimularam a economia local em 350 MOR, com saída da comunidade de apenas 50 MOR.

CONCLUSÃO

É com satisfação que os associados da A.MOR olham hoje para o autocolante que já se encontra em várias lojas e espaços do concelho de Montemor-o-Novo que aceitam o MOR como meio de pagamento.

António Nabo, Pascale Millecamps, Rogério Godinho



OSSETANA

SAN JUAN DE AZNALFARACHE

OSSETANA.COM



MOEDAS LOCAIS PARA A RECUPERAÇÃO ECONÓMICA E A TRANSIÇÃO JUSTA

O impacto da crise provocada pela Covid-19 será tão profundo que é crucial que os investimentos públicos relacionados com os planos europeus de recuperação social e económica da Next Generation EU tenham o maior alcance possível, e que esse chegue a quem mais necessita, em vez de permanecer em grandes empresas e atores financeiros, como aconteceu com a combinação de políticas de austeridade e flexibilidade quantitativa utilizadas em crises anteriores. Se há algo que a crise de 2008 nos ensinou é que estas crises podem deteriorar rapidamente os valores e fundamentos do Estado Providência e afastar-nos, enquanto sociedade, dos princípios democráticos e da justiça social.

O Inquérito Social Europeu e o cooperativismo, juntamente com o municipalismo mais comprometido com a participação, são o verdadeiro motor para uma transformação social capaz de dar resposta aos objetivos que a Europa estabeleceu para este plano, pelo menos no papel. Esse presta especial atenção às cidades como lugares de ação devido à sua crescente capacidade de mobilização quando os esforços do Estado se mostram ineficazes ou insuficientes.



A emergência de uma nova liderança das cidades em questões climáticas e a proliferação de redes municipais, como a Rede de Autarquias Participativas, o Grupo C40 e as 100 Cidades Resilientes, não são uma coincidência. Isto faz das áreas urbanas um cenário privilegiado para marcar o início de uma economia renovada e transformada e uma sociedade na qual as medidas de recuperação possam reconstruir um ecossistema mais redistributivo, sustentável e mais justo em termos de riqueza e emprego, e também ajudar a construir territórios mais democráticos e livres.

Muitos municípios já se comprometeram a empreender transformações na forma como as suas economias funcionam. Por exemplo, Amesterdão irá implementar um modelo de "Economia do Donut" como base para a formulação das suas políticas, de modo que, em vez de dar prioridade às métricas tradicionais de bem-estar da cidade, tais como o crescimento económico, as suas decisões passem a ser orientadas por objetivos, como a promoção do bem-estar humano e ambiental dentro dos limites ecológicos da localidade.

As moedas locais têm um papel a desempenhar em tais transformações. **Como sistemas democratizados de pagamento, as moedas alternativas apoiam as empresas locais e reforçam as comunidades contra tendências globalizantes que limitam a circulação de dinheiro a nível regional.** O apoio municipal a estas moedas permite que as economias locais se transformem e fomentem uma nova economia durante e após a actual crise.

Desde 2013, a Assembleia de Cooperação para a Paz (ACPP) tem vindo a experimentar a utilização de moedas complementares para melhorar as políticas sociais, com a convicção de que estas s o ferramentas excecionais para combater a pobreza, a desigualdade, a exclus o social e a insustentabilidade ambiental.

Nesta perspetiva, a ACPP impulsionou projetos-piloto que deram forma  s moedas municipais em papel e em formato eletrónico, os quais t m servido para demonstrar a utilidade destes instrumentos na construção da resili ncia local e na promoção da transição para sociedades mais justas e sustentáveis.

Numa primeira etapa, a experimentação limitou-se a dois municípios: San Juan de Aznalfarache e a sua moeda Ossetana, na Andaluzia, e Santa Coloma de Gramenet e o seu Grama, na Catalunha. Mais recentemente, Sevilha juntou-se a esta lista, também em colaboração com a ACPP.

Poucos municípios em Espanha, para  m dos mencionados, têm seguido este caminho de experimentação. O mais significativo até   data é o de Barcelona (1.664.182 habitantes) que promoveu a moeda REC.



QUAL PODE SER O PAPEL DE UM GOVERNO LOCAL/MUNICIPAL?

Nas comunidades onde já existem moedas locais, os municípios podem apoiar o seu desenvolvimento incorporando funções públicas na moeda. Nas cidades onde estas iniciativas são embrionárias ou não existem, os governos locais podem assegurar o financiamento inicial para as apoiar ou promovê-las como um programa municipal.

Um exemplo de programa de incentivo municipal pode ser visto em Santa Coloma de Gramenet (120.443 habitantes), onde a ACPP presta assistência técnica ao município em parceria com Learning by Doing e Clickoin. Aqui, a moeda local permite que 95% do dinheiro dos subsídios concebidos pela autarquia permaneça na cidade, ativando assim o comércio local.



No caso de San Juan de Aznalfarache (21.774 habitantes), a ACPP é quem promove o projeto, que recebeu o apoio de múltiplas instituições públicas e privadas, incluindo as do próprio município. Com este suporte, a ACPP tem conseguido prestar assistência às famílias vulneráveis e contribuir para a recuperação dos pequenos negócios, mesmo durante os períodos de confinamento, garantindo uma injeção média anual de aproximadamente 100 mil euros na economia local, durante os últimos 3 anos, através da moeda Ossetana.

Em Sevilha (691.395 habitantes), o município e a ACPP, a partir de uma lógica de colaboração público-privada e de coprodução com os cidadãos, estão a promover uma nova moeda que irá reunir as melhores características das anteriores, no âmbito do projeto MedTOWN Co-producing social policies with SSE actors to fight poverty, inequality and social exclusion, que também é implementado na Junta de Freguesia de Campolide, em Lisboa.

QUAIS SÃO OS BENEFÍCIOS?

O pagamento de transferências diretas, total ou parcialmente, através de instrumentos de pagamento locais, como os que temos promovido, pode converter um programa de ajudas individuais numa iniciativa de reativação económica. As moedas locais ampliam o impacto económico de um subsídio concedido aos cidadãos e às cidadãs, incentivando a sua utilização na economia local.



As moedas locais fomentam a recirculação de dinheiro. Quando um euro de despesa pública chega à economia produz uma série de transações no território: o multiplicador económico indica quantas. Por exemplo, um multiplicador económico de 1,9 implica que, para além da transação da entidade pública que realizou este pagamento, produziu-se uma despesa adicional de 0,9 euros, em média, nesse território. As transações efetuadas posteriormente por esta unidade monetária são registadas noutros territórios e não contribuem para a prosperidade local.

Diversos estudos concluíram que a solução para a pobreza está muito mais relacionada com a saída sistemática de dinheiro da comunidade do que com a falta deste. Um multiplicador económico baixo é o indicador que pode contribuir para detetar este padrão de funcionamento do sistema económico e uma moeda local pode ajudar a corrigir. O multiplicador de circulação da moeda Grama, em 2019, (último dado publicado) foi de 11,16. Graças a este sistema, e utilizando o seu dispositivo móvel, foi possível continuar a apoiar o comércio local mesmo em tempos de pandemia.

As moedas locais compensam o comportamento sustentável dos cidadãos, contribuindo efetivamente para encurtar as cadeias de abastecimento, promovendo a economia cooperativa, social e solidária e a economia Quilómetro Zero.

EM QUE CONSISTE A MOEDA?

Os fundos públicos das ajudas chegam às Câmaras Municipais ou às entidades gestoras da moeda. Assim, as pessoas ou instituições beneficiárias recebem apoio que lhes permite aceder a bens e serviços nos estabelecimentos de comércio local aderentes. Por sua vez, os comerciantes poderão recuperar os fundos nas suas contas bancárias, mas o impacto é maior se estes forem novamente gastos no ecossistema local, razão pela qual se promovem medidas que incentivam o gasto nesta moeda, de forma que se potencie a sua recirculação entre o comércio e os serviços locais.

Por outro lado, a entidade gestora pode incentivar os cidadãos a converterem euros em moeda local e desenvolverem, desta maneira, estratégias (de incentivo e de bonificação) para estimular a sua utilização no mercado local, como ferramenta de fidelização à disposição do tecido comercial e produtivo.

QUAL É O MODELO OU METODOLOGIA DA OPERAÇÃO?

1. A entidade pública competente deve definir através de critérios públicos quem recebe, total ou parcialmente, uma ajuda ou subvenção em moeda local;
2. As pessoas ou entidades utilizadoras que recebem esta ajuda necessitam abrir uma conta no sistema de moeda local;
3. Os indivíduos a título particular, freelancers e pequenas e médias empresas que oferecem bens e serviços e desejam entrar no programa para fazer ou receber pagamentos através do sistema, devem também descarregar a aplicação e registar-se.

COMO CIRCULA NA COMUNIDADE E QUEM PODEM ADERIR OU UTILIZÁ-LA?

1. O município deve criar a sua própria conta de pagamentos no sistema monetário local;
2. O município debita os fundos na sua conta do sistema;
3. O município paga os subsídios às pessoas ou entidades beneficiárias que recebem a moeda local nas suas contas de pagamento;
4. Os beneficiários podem efetuar os seus pagamentos com a mesma aplicação, na qual também têm informação da localização das empresas que aderiram ao sistema e dos seus produtos;
5. Os profissionais e as pessoas utilizadoras a título privado podem converter euros em moeda local;
6. Os profissionais e utilizadores a título privado podem recircular a moeda, ou seja, gastá-la na rede local, o que gera o efeito multiplicador da despesa pública;
7. Os profissionais também podem levantar os fundos para a sua conta bancária, uma vez verificada a documentação relevante da KYC (Know Your Customer).



QUAL É A LEGALIDADE DA MOEDA NO CONTEXTO DO EURO (MOEDA ÚNICA)?

A nova regulação financeira da zona euro criou, nos últimos anos, figuras legais como a moeda eletrónica ou os prestadores de serviços de pagamento que permitem, pela primeira vez, uma utilização inteligente e programável da moeda legal. A principal conclusão do nosso trabalho é que se percebeu que as moedas locais podem ser articuladas por diferentes meios, apresentando cada uma delas uma série de vantagens e desvantagens, as quais terão de ser avaliadas em função das circunstâncias específicas da utilização pretendida da moeda local.



José M. Ruibérriz

Responsável da Economia Social e Solidária da Assembleia Cooperação para a Paz

"Este artigo foi realizado com o apoio financeiro da União Europeia, através do projeto MedTOWN "Coprodução de políticas sociais com atores da Economia Social e Solidária (SSE) para combater a pobreza, a desigualdade e a exclusão social" pertencente ao Programa da Bacia Mediterrânica 2014-2020 (ENI CBC Med), através da ONG Asamblea de Cooperación por la Paz".

An aerial photograph of Barcelona, Spain, showing a dense urban landscape with numerous multi-story buildings. In the center, the Sagrada Família is under construction, with several tall, spire-like structures rising above the surrounding city. Several yellow construction cranes are visible around the cathedral. The sky is clear and blue. The overall scene is a mix of modern urban development and historical architecture.

R

REC >>>>>>>>
MONEDA <<<<<<<<
CIUTADANA >>

REC

BARCELONA

REC.BARCELONA/ES

REC

Uma moeda fintech local

O Município de Barcelona lançou, em dezembro de 2020, uma nova campanha de promoção do comércio local, utilizando o REC, a moeda de Barcelona. O projeto renovou, assim, a sua validade, após o lançamento, em outubro de 2018, no âmbito de um projeto europeu liderado pela autarquia: o B-MINCOME, um piloto de rendimento básico. Graças a este, os beneficiários receberam um apoio mínimo garantido, calculado mensalmente para completar os respetivos rendimentos. De acordo com o estipulado, 25% dessa importância suplementar foi gasta em RECS, no comércio local, por um subgrupo de cerca de 400 pessoas. Posteriormente, os comerciantes que receberam os pagamentos em RECS puderam gastá-los em compras na economia local, ou efetuar o câmbio em euros.

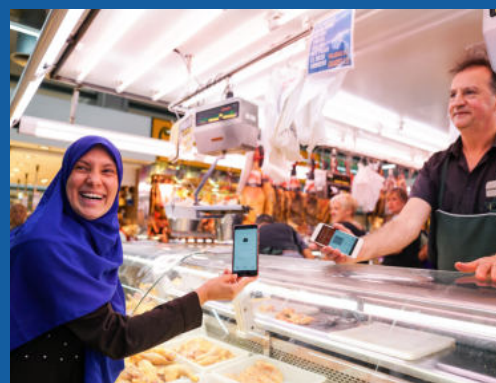
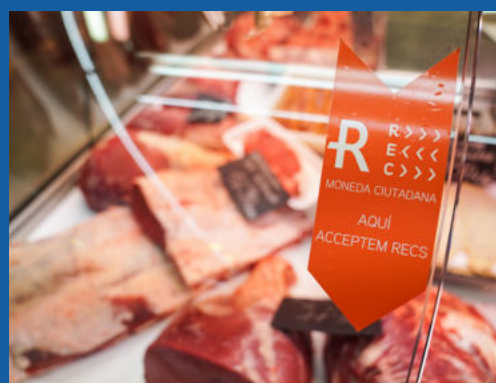
Tive a oportunidade de promover este projeto e depois trabalhar nele, tratando de questões relacionadas com o design monetário, tecnologia e aspetos jurídicos. Os resultados foram muito interessantes, como expliquei há quase um ano no meu artigo REC Barcelona, uma moeda para a transição, momento em que o relatório de execução da fase-piloto da intervenção tinha acabado de ser publicado.

O REC faz parte do tipo de moedas locais que nasceram apoiadas ou geridas pelos municípios para canalizar a despesa pública através delas. Dentro desta categoria, o REC é a primeira a utilizar o quadro europeu para prestadores de serviços de pagamento (SPD2), para apoiar um instrumento de pagamento do cidadão, bem como é uma das pioneiras a ser governada por uma cooperativa formada pelos seus utilizadores e partes interessadas.

As moedas deste tipo constituem um vetor para um modelo económico equilibrado, uma vez que asseguram que os pequenos e médios agentes económicos não continuam a perder peso para as grandes empresas.

PRINCIPAIS VANTAGENS DE UM SISTEMA COM ESTAS CARACTERÍSTICAS

- **Aumento do impacto local da despesa pública.** Ao canalizar o investimento público para a economia do território, graças a uma moeda cidadã, conseguiu-se provar que esta é capaz de gerar um aumento das transações económicas no ambiente local por unidade de despesa. O resultado foi que o multiplicador económico aumentou 54% nos primeiros 13 meses. Outros sistemas monetários que também canalizam os gastos públicos, como o Grama de Santa Coloma de Gramenet, obtiveram resultados que confirmam esta tendência;
- **Um meio de pagamento digital e comunitário.** O dinheiro digital é sobretudo um recurso bancário, ou seja, entradas nos balanços, também designados de depósitos, acessíveis através de meios eletrónicos de pagamento, sendo, portanto, dinheiro privado. O numerário é o único gerado e detido pelo sector público. As moedas digitais locais e complementares constituem-se como um meio-termo, uma vez que são em suporte tecnológico, mas ao mesmo tempo são de interesse público e a maioria tem governação comunitária. Assim, aproveitam os benefícios de ambas as variantes e oferecem opções adicionais ao consumidor face ao desaparecimento gradual do dinheiro;
- **Promover a economia de proximidade.** Face a um modelo económico em que a globalização está a progredir rapidamente, a promoção da economia de proximidade torna-se uma política destinada a evitar a desertificação comercial e económica, gerando assim um grupo de atores empresariais com elevado impacto ao nível local, cujo interesse público é sustentado pela sua capacidade de contribuir para o emprego no território e para os rendimentos dos fornecedores locais e das finanças públicas, e entre os quais se aplicam os mesmos princípios de promoção da excelência, através da concorrência como em qualquer outro mercado.



INOVAÇÃO FINANCEIRA E PRÉMIO BLOCKCHAIN FOR SOCIAL GOOD

O REC foi a primeira experiência na Europa de emissão de uma moeda digital apoiada por fundos existentes em contas de pagamento de uma instituição regulamentada. Foi, assim, posto em prática o quadro jurídico previsto no SPD^{2*}, da UE, para aprovar o funcionamento de uma moeda social. O objetivo desta diretiva é gerar concorrência no setor dos pagamentos e permitir que as entidades não bancárias os possam gerir. A experiência funcionou bem e o fornecedor de tecnologia que suportou o REC integrou o sistema de pagamento desta moeda com o fornecedor de serviços de pagamento correspondente. Esta característica levou o REC a fazer parte do GMerits, um consórcio de projetos baseado na tecnologia da cadeia de blockchain e focado na criação de métodos alternativos de atribuição de bens não rivais, que ganhou o Prémio Blockchain for Social Good da União Europeia na categoria de inclusão financeira.

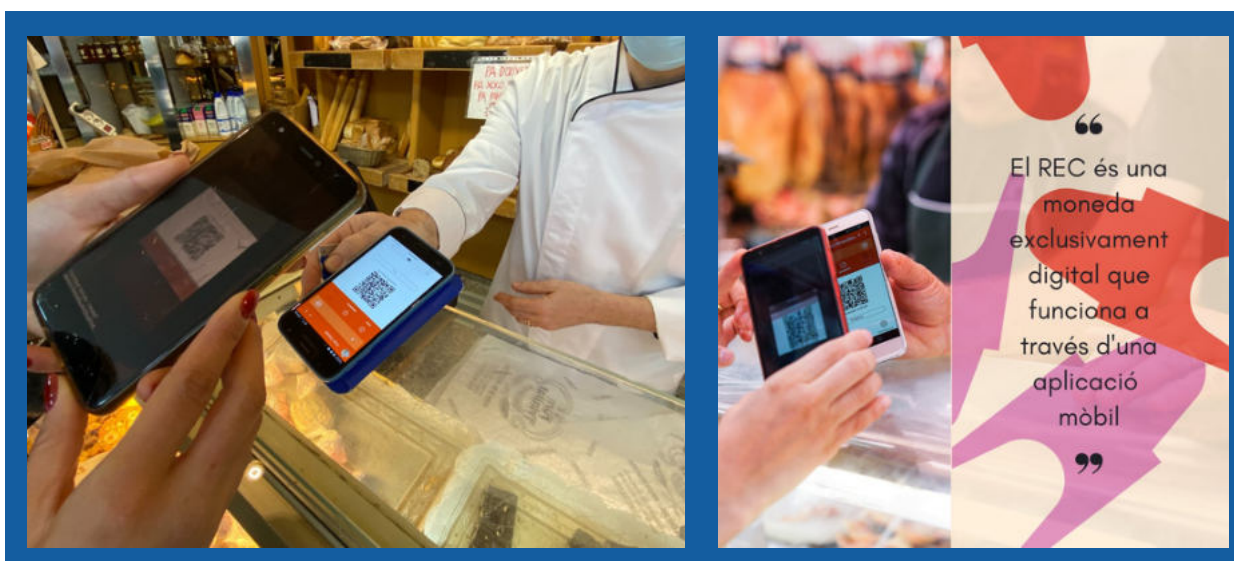


*Diretiva (UE) 2015/2366 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2015, sobre serviços de pagamento do mercado interno.

PRÓXIMOS PASSOS

Este tipo de sistemas tem um amplo caminho evolutivo pela frente, focado principalmente na normalização e fortalecimento, passando de projetos-piloto para a sua replicação generalizada. Para que isto seja possível, torna-se necessário assegurar algumas ações, nomeadamente:

- **Facilitar o caminho legal de adoção por parte dos municípios.** A lei permite a utilização e a emissão de instrumentos para gerar circuitos de pagamento local aos municípios, e fá-lo através de várias modalidades, mas as moedas locais são instrumentos de pagamento nada integrados na legislação das administrações públicas locais. No projeto da moeda de Sevilha, está a ser testado o quadro legal do dinheiro eletrónico, que poderá proporcionar um enquadramento jurídico mais claro para que a moeda seja reutilizada em pagamentos sucessivos, antes de se converter em euros bancários. Com todas estas experiências bem documentadas torna-se possível comparar os prós e os contras de cada modelo legal e consolidar, assim, o planeamento da sua utilização no caso das moedas digitais emitidas em colaboração com as autarquias locais, facilitando desta forma a normalização das mesmas;
- **Modelo económico e de governação.** É necessário que as entidades gestoras das moedas locais consolidem um modelo de governação e de negócio para a sua sustentabilidade, para além dos projetos experimentais. Uma vez que estas iniciativas estão claramente centradas na promoção de um bem comum, um tipo de agente muito adequado para isso podem ser as entidades da economia social e solidária. O modelo exige uma hibridização das receitas, que devem provir das administrações públicas, na medida em que realizam trabalho de interesse público, e dos clientes e utilizadores do sistema, na medida em que ajudam os agentes privados a atingirem os seus próprios objetivos. As diferentes ações demonstrativas e projetos-piloto do projeto MedTOWN estão focados em explorar modelos de coprodução de políticas públicas com atores da economia social e solidária;



- **Entidade jurídica diferenciada.** Caso as moedas locais tivessem uma entidade jurídica diferenciada e reconhecida permitiria que fossem tidas em conta como instrumentos de canalização da despesa pública, na legislação que regula determinadas ajudas, devido à sua capacidade de reforçar as economias locais e o consumo de zero quilómetros. Alguns exemplos de legislação deste tipo incluem a ajuda focada na mitigação e adaptação às alterações climáticas ou na implementação de planos de recuperação pós-Covid-19, tais como os previstos na próxima geração de fundos da UE;
- **Incorporar modelos de financiamento.** As entidades gestoras de moedas locais também podem incorporar outros tipos de moedas complementares para melhorar as possibilidades de financiamento de iniciativas alinhadas com um modelo económico mais sustentável. Neste sentido, é prometedora a chamada MICA, uma nova proposta de regulamento da União Europeia que procura enquadrar diferentes tipos de cripto-ativos. Na comunidade de aprendizagem gerada no projeto MedTOWN está previsto levar a cabo diálogos políticos para transmitir aos reguladores as exigências necessárias para o desenvolvimento destas possibilidades.



Susana Martín Belmonte,

Economista especialista em inovação monetária e coordenadora científica do projeto MedTOWN na Assembleia de Cooperação para a Paz



VILAWATT

VILADECANS

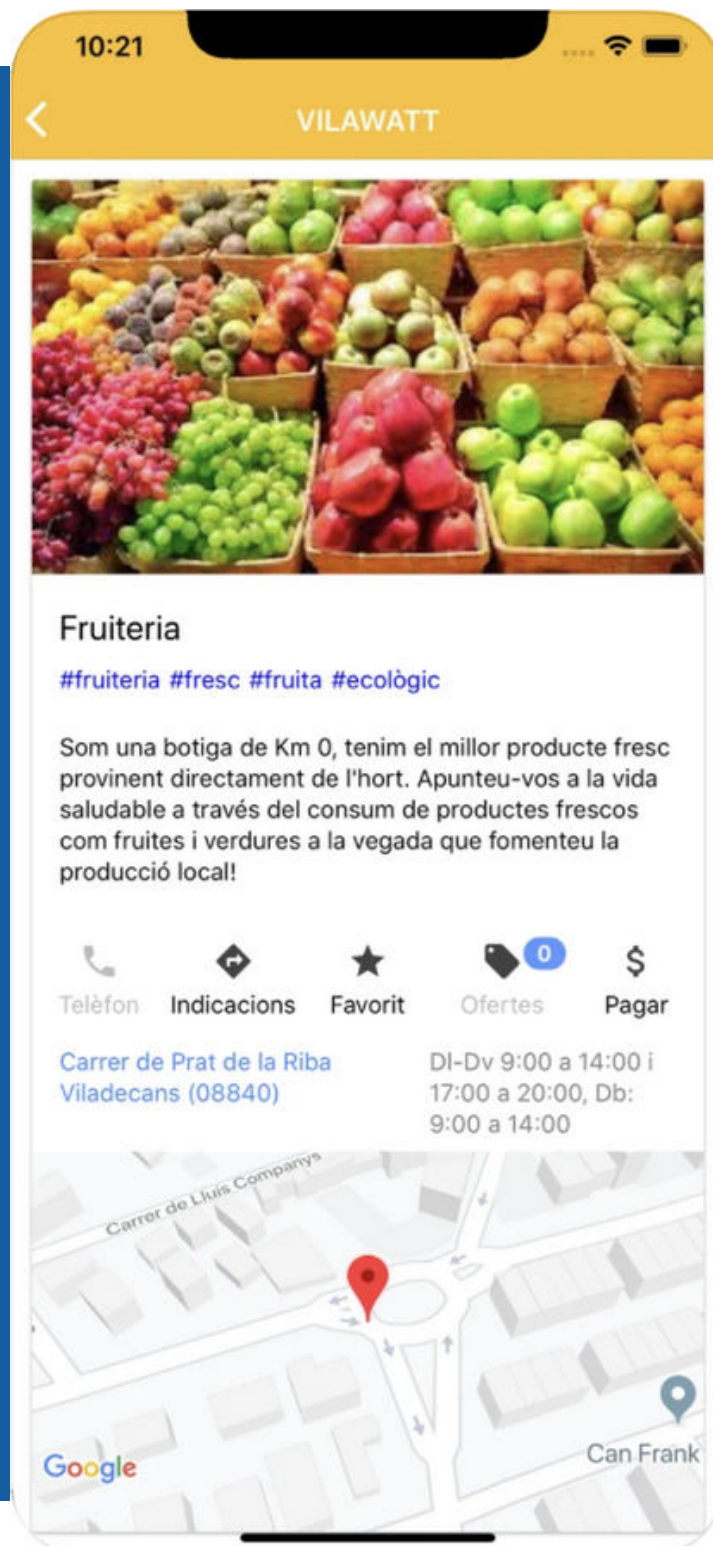
VILAWATT.CAT/ES/MONEDA

EM QUE CONSISTE A MOEDA?

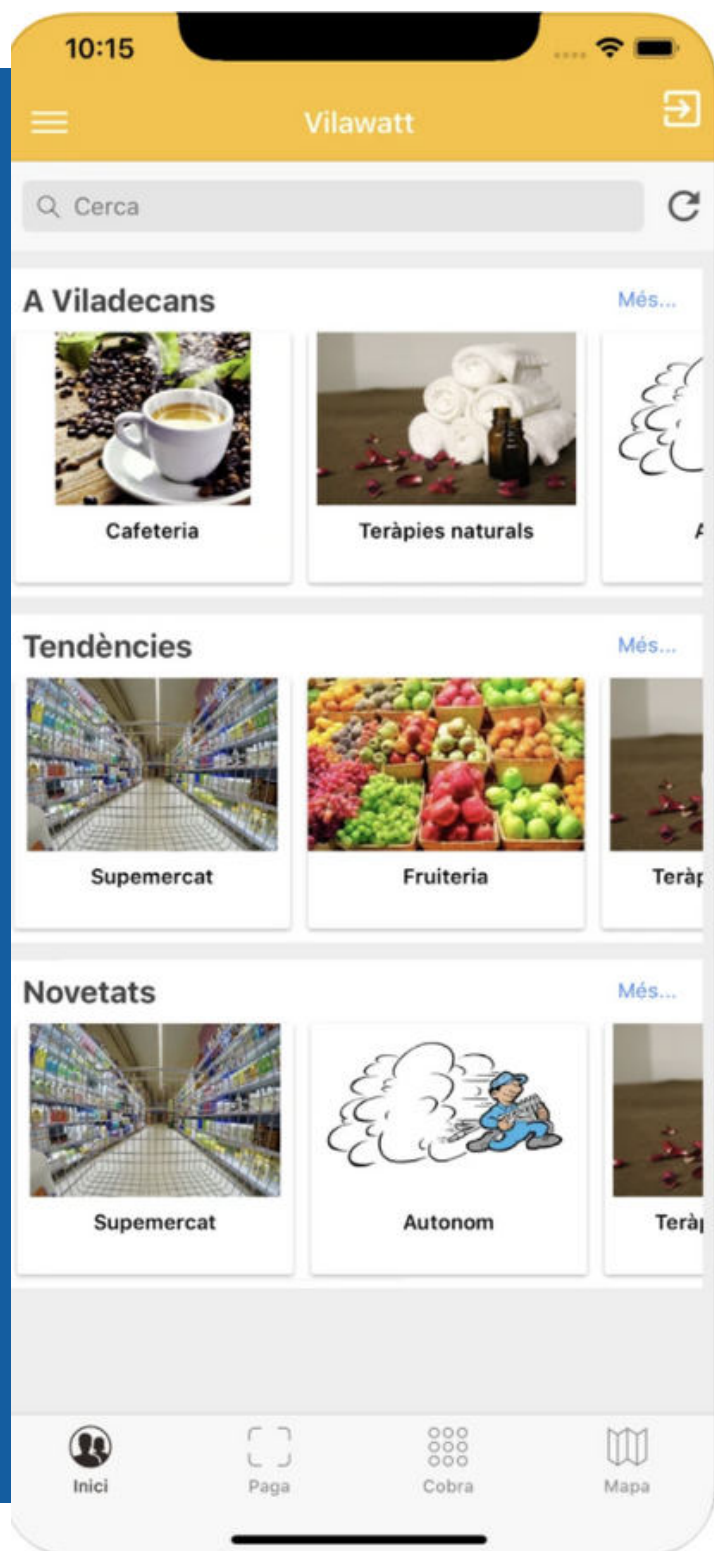
Em 2016, a cidade de Viladecans foi selecionada para desenvolver um projeto europeu de transição energética: Vilawatt. Este visava criar um modelo para promover a transição energética e a cogovernança, que envolvesse toda a comunidade através da criação de um organismo participativo composto por cidadãos, comércio, empresas e o próprio Município de Viladecans, o consórcio de Vilawatt. No domínio da transição energética, os objetivos consistiam em promover o consumo e a auto-geração de energia renovável, a capitalização da poupança de energia para reforçar a economia local, a promoção do ambiente e o empoderamento dos cidadãos.

O projeto Vilawatt centra-se num novo modelo de gestão energética eficiente, que permite capitalizar a poupança de energia para a geração de uma nova economia local, investindo essas poupanças em: reabilitação energética dos edifícios, aumento da atividade económica das empresas e lojas locais, melhoria da formação da população e geração de emprego.

Por tudo isto, foi essencial criar uma nova moeda local - a Vilawatt, que permite capitalizar as poupanças de energia e reinvesti-las na cidade para promover a reabilitação energética dos edifícios e a revitalização do tecido empresarial e social do município.



QUAL É O MODELO OU METODOLOGIA DE FUNCIONAMENTO?



A moeda de Vilawatt funciona como um circuito fechado de pagamentos com curso legal programável. Qualquer pessoa, entidade, empresa ou administração pública pode converter Euros (euros) para Euros-Vilawatt (€V) e assim obter vantagens que não poderiam ser alcançadas pagando com Euros. A relação entre ambas as moedas é sempre fixa e paritária (1 para 1). Além disso, a convertibilidade (liquidez) é garantida por lei.

A moeda é propriedade da Câmara Municipal de Viladecans e é operada pela Ubiquat Technologies, que criou a principal tecnologia subjacente e que oferece a plataforma a outros municípios ou regiões interessadas.

QUAL É A SUA LEGALIDADE NO CONTEXTO DO EURO (MOEDA ÚNICA)?

A Vilawatt é a primeira moeda em Espanha que é construída com base numa troca com curso legal a 100%. Isto porque o modelo desenhado foi tecnicamente construído como um circuito monetário eletrónico, que é totalmente regulado a nível legal por uma diretiva europeia e pelas diferentes leis nacionais. Ter Euros-Vilawatt tem as mesmas garantias legais que ter uma conta corrente em Euros num banco.

Esta tem sido uma grande inovação, o resultado de anos de trabalho jurídico, que traz muitas vantagens operacionais. Por um lado, qualquer indivíduo ou entidade jurídica pode tornar-se parte da moeda sem problemas e fazer pagamentos e cobranças sem limites operacionais em termos de montantes. O próprio Município de Viladecans é um utilizador da moeda, pois está perfeitamente autorizado a utilizar dinheiro eletrónico. Isto não acontece com outros modelos de moeda local que enfrentam problemas de aceitação por parte da administração pública, dos cidadãos ou de ambos.

COMO CIRCULA NA COMUNIDADE E QUEM PODE ADERIR OU UTILIZÁ-LA?

Qualquer pessoa maior de idade pode aderir à moeda de Vilawatt. Também empresas e entidades, mas neste caso recomenda-se que tenham uma morada registada na cidade de Viladecans. Além disso, graças ao modelo legal criado para esta iniciativa, qualquer organismo público pode também aceitar a moeda para pagamentos e cobranças.

Estamos a trabalhar para tornar a moeda mais inclusiva no futuro. Assim, por exemplo, durante 2021 pretendemos lançar um modelo de "equilíbrio supervisionado", que permitirá aos menores participarem na moeda com dinheiro verificado pelos seus pais. Estamos também a explorar outros sistemas de pagamento, tais como o cartão contactless, para ver se nos permite chegar a um grupo populacional mais vasto.

Um facto interessante sobre a utilização da moeda eletrónica é que, ao tratar-se de uma figura legal europeia, essa possui o mesmo alcance. Isto abre grandes possibilidades de inter-relação e colaboração entre moedas, mesmo a nível internacional. Por exemplo, uma moeda local portuguesa seguindo o modelo de Vilawatt poderia ser aceite sem problemas em cidades espanholas próximas, e vice-versa. Afinal, é dinheiro eletrónico garantido pelo sistema bancário europeu e válido em toda a zona Euro.

The poster features a green background with a large yellow circle on the right side. At the top left, there are logos for the European Union and the UEA (Unió Europea d'Entitats Autònomes). The main text reads "SUMA'T A LA MONEDA VILAWATT!". Below this, it says "Pagaràs des del mòbil i, de manera segura, gaudiràs de promocions especials i, a més, fomentaràs el comerç local." and "Descarrega't l'app i compra als establiments adherits." At the bottom, it provides more information: "Més informació a viladecans.cat/moneda" and "Disponible per a iOS i Android". There are also QR codes and the Viladecans logo at the bottom.

QUAIS SÃO OS BENEFÍCIOS PARA A COMUNIDADE?

Os principais benefícios para a economia local são maior volume de negócios e vendas para as empresas e mais fidelidade dos clientes. A participação na moeda significa uma maior visibilidade comercial. Além disso, por ser uma iniciativa com valores (transição energética, inicialmente), a ligação do comércio mostra o seu compromisso com o desenvolvimento sustentável da cidade.

Como tem sido visto noutras iniciativas europeias similares, a utilização de uma moeda deste tipo aumenta o multiplicador local do dinheiro. Ou seja, o mesmo Euro que em circunstâncias normais circularia 1,7 vezes entre as empresas locais, graças à utilização desta moeda circula quase 3 vezes. Esta retenção de dinheiro tem efeitos muito positivos na economia do território ao impulsionar o comércio e a criação de emprego. Além disso, estimula valores relacionados, tais como o consumo de produtos locais.

Os cidadãos recebem descontos nas lojas por pagarem em Euros-Vilawatt e estamos a trabalhar para estimular ainda mais a transição energética para a moeda. Por exemplo, a renovação de aparelhos domésticos, a compra de energia verde ou a instalação de painéis fotovoltaicos, se feita através do pagamento com Euros-Vilawatt, trará vantagens futuras.

Como a moeda de Vilawatt circula igualmente entre os não-membros do consórcio energético, também é utilizada como canal de comunicação para os informar e encorajar a juntarem-se ao operador local de energia. Naturalmente, o facto de a moeda poder ser utilizada para pagar a conta de energia também contribui para aumentar a adesão à mesma.



QUAL PODE SER O PAPEL DE UM GOVERNO LOCAL/MUNICIPAL?

O governo municipal é fundamental para ajudar a dar confiança à moeda. Deve ser o primeiro a utilizá-la e a aceitá-la como meio de pagamento de cidadãos e de empresas locais. Sem aumentar o orçamento municipal, a simples canalização de parte da despesa pública para a moeda serve como um grande estímulo para todo o circuito.

Por exemplo, o Município de Viladecans canaliza 30% de certos subsídios para a moeda de Vilawatt. No início, isto não significa qualquer custo adicional, porque o montante subsidiado permanece o mesmo. Mas o facto de pagar uma parte através da moeda tem um grande impacto, porque: 1) "convida" os beneficiários do subsídio a tornarem-se utilizadores; 2) aumenta a massa monetária em circulação, tornando a aceitação da moeda uma opção mais atrativa para os comerciantes.

O Município deve também aceitar a moeda, permitindo a sua utilização para o pagamento de taxas e serviços municipais. Isto está planeado para ser feito em Viladecans durante 2021.

Finalmente, não se deve esquecer que a utilização de uma moeda local oferece benefícios que atualmente não são possíveis com dinheiro bancário. Por exemplo, o pagamento de apoios sociais está normalmente ligado a usos específicos: alimentação, vestuário ou material escolar. O controlo destas despesas é complexo quando o pagamento é feito em euros normais. Por outro lado, quando esse se faz através de Vilawatt permite limitar as lojas que podem aceitar essa ajuda específica e até exigir uma fotografia do recibo, garantindo que este não foi utilizado para comprar artigos que não são permitidos (como o álcool).



OUTROS ASPETOS RELEVANTES

Durante 2021 iremos melhorar a moeda em diferentes aspetos, tais como a ligação ao blockchain, a criação de uma nova identidade digital avançada, bem como a visibilidade das lojas aderentes e das suas ofertas comerciais. Introduziremos também novos valores para além da transição energética, tais como a reciclagem e a coesão entre vizinhos.

Para destacar o Vilawatt criámos uma plataforma avançada de moeda local chamada Taranná. Para tal, utilizámos o Cyclos, o sistema de pagamento centralizado mais seguro que existe, e estendemo-lo a uma nova aplicação móvel, algoritmos inteligentes e novos protocolos de comunicação. O sistema está disponível para outras cidades que queiram uma moeda local para impulsionar a sua economia e promover valores entre os cidadãos.

Para mais informações sobre a moeda de Vilawatt, visite www.vilawatt.cat. Para mais informações sobre os serviços oferecidos pela Ubiquat para a utilização de moedas locais urbanas, visite www.ubiquat.com.



Jaume Catarineu
CEO da Ubiquat Technologies



Em Rede

Este Boletim é um instrumento de comunicação que será tanto mais eficaz quanto mais colaborativo for. Todos os membros da Rede de Autarquias Participativas podem, assim, fazer-nos chegar os seus contributos para os próximos números. Basta enviar mensagem para o correio eletrónico rap@oficina.org.pt





Rede de Autarquias Participativas

www.portugalparticipa.pt
fb.com/portugalparticipa

Secretaria Técnica

Oficina
rap@oficina.org.pt
www.oficina.org.pt/rap.html